

**QUESTÕES ATUAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: MAPEAMENTO DE LITERATURA***CURRENT ISSUES IN SPECIAL EDUCATION: LITERATURE MAPPING*Juceli Baldissera FELCKILCKER<sup>1</sup>Maria Teresa Ceron TREVISOL<sup>2</sup>

**RESUMO:** o artigo apresenta um levantamento das questões atuais da Educação Especial, que foca a inclusão e o reconhecimento das especificidades dos alunos com deficiência, a fim de desenvolver estratégias para que possam obter êxito nos seus estudos. O estudo tem como objetivo verificar o que está sendo trabalhado para melhorar o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, tendo como base as publicações da Capes e Anped no período de 2016-2020, e utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin. A partir da análise, foram agrupados os artigos em três categorias: Educação Especial e Inclusão, evidenciando a inclusão em todas as modalidades de Ensino e medidas de acesso e permanência dos estudantes. Educação Especial e Políticas, com foco nas políticas norteadoras dos direitos dos deficientes. Educação Especial e Práticas Educativas, que relatam as adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas e trabalho do AEE nos processos de ensino-aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Inclusão. Políticas. Práticas Educativas.

**ABSTRACT:** the article presents a survey of the current issues of Special Education, which focuses on the inclusion and recognition of the specificities of students with disabilities, in order to develop strategies so that they can succeed in their studies. Our survey aims to find out what is being worked on to improve the teaching and learning of students with disabilities, based on Capes and Anped 2016-2020 publications, and using Bardin's Content Analysis. From the analysis, the articles were grouped into three nuclei: Special Education and Inclusion, highlighting the inclusion in all types of education and measures of access and permanence of students. Special Education and Policies, focusing on policies that guide the rights of the disabled. Special Education and Educational Practices, which report on curricular adaptations, use of assistive technologies and AEE work in teaching-learning processes.

**KEYWORDS:** Special Education. Inclusion. Policies. Educational Practices.

**INTRODUÇÃO**

Este artigo traz um mapeamento sobre as questões atuais que envolvem a Educação Especial, tendo como embasamento publicações do Portal de Periódicos Capes e Anped no período de 2016-2020, a fim de verificar as ações realizadas para melhorar o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência.

<sup>1</sup> Graduada em Letras e Psicologia. Mestra em Educação. Instituto Federal Catarinense – IFC. E-mail: jucelibaldissera@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9315-9277>.

<sup>2</sup> Pós-doutora em Psicologia e Ciências da Educação. Doutora em Psicologia. Docente da graduação e do Programa de Pós-graduação - *Stricto Sensu* - em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC. E-mail: mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9289-4627>.

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2023.v10n1.p187-202>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

A Educação Especial visa compreender os processos de ensino e aprendizagem em sua totalidade, entre suas ações busca a inclusão e o reconhecimento das especificidades dos alunos com deficiência, a fim de desenvolver estratégias para que possam obter êxito nos seus estudos.

Desta forma, o presente texto segue a seguinte lógica de organização: na metodologia faremos uma um levantamento bibliográfico. Em seguida, analisaremos as categorias resultantes das pesquisas, com base na análise de dados de Bardin, posteriormente, tecemos as considerações finais.

## METODOLOGIA

As pesquisas envolvendo a Educação Especial vêm sendo objeto de atenção dos Programas e Políticas no Brasil e desempenham um papel significativo para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e das turmas em que está inserido. O art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, destaca:

[e]ntende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

Este artigo se propõe a realizar um mapeamento sobre as questões atuais que envolvem o tema, tendo como embasamento publicações do Portal de Periódicos Capes, durante o período de 2016 a 2020, e Anais de Reuniões Científicas Nacionais da Anped, publicados no GT15 – Educação Especial 2017 e 2019. Para a análise dos artigos aplicamos a metodologia da análise do conteúdo de Bardin (2009, p. 44), que se define como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p.44).

Na pré-análise foi realizado um levantamento de dados, no Portal de Periódicos da Capes, delimitando-se como período de busca de 2016 a 2020. No ano de 2020 a pesquisa foi realizada no mês de junho e se intentou localizar produções que tivessem relação com o tema, utilizando como descritor “Educação Especial”. A pesquisa efetuada identificou 5.682 publicações nacionais. Na Anped encontramos 40 publicações, sendo 20 em 2017 e 20 em 2019, visto que o evento acontece a cada dois anos. Na Tabela 1, organizamos os dados, por ano de publicação.

**Tabela 1** – Educação Especial – Levantamento Periódicos 2016 a 2020

Ano	Publicações Capes	Publicações Anped
2016	1.468	0
2017	1.294	20
2018	1.223	0
2019	1.320	20
2020	377	0
<b>Total</b>	<b>5.682</b>	<b>40</b>

Fonte: Portal de Periódicos Capes.

Após a coleta, realizou-se uma leitura flutuante em que, segundo Bardin (2009), é possível identificar, por intermédio dela, hipóteses ou questões norteadoras que permitam observar convergências e divergências entre o material analisado e o propósito da pesquisa. Posteriormente, foi realizada a análise textual dos resumos feita por intermédio de fichamentos, que permitiram identificar os elementos fundamentais da pesquisa, como: título, autores, linha de pesquisa, ano, instituição de origem, foco temático, objetivos, referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados obtidos e contribuição para a área das pesquisas.

Dessa maneira, após a leitura dos resumos, verificamos a necessidade de eleger alguns critérios de inclusão e exclusão, pois nem todos os trabalhos atendiam ao objetivo deste estudo. Como critérios de inclusão, utilizamos:

- a) Pesquisas que envolvam a Educação Especial no Brasil;
- b) Estudos que nos possibilitaram ampliar a compreensão da Educação Especial em suas especificidades nas escolas;

Nessa etapa também foram determinados os critérios de exclusão, embora fossem trabalhos de ótima qualidade, divergiam do foco deste trabalho:

- a) Estudos que envolvem outros temas, em que fique em segundo plano a Educação Especial;
- b) Pesquisas voltadas à saúde;
- c) Estudos realizados em outros países;
- d) Pesquisa com grupos específicos (estudos de casos);

O procedimento de análise das informações foi realizado de forma qualitativa com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que abarca as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com o intuito de realizar deduções lógicas, sendo organizada em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL E QUESTÕES ATUAIS**

Em virtude de o tema ser amplo, após leitura de todos os resumos buscamos mapear temas relevantes estudados na Educação Especial nos anos de 2016 a 2020, no Portal da Capes e Anped. Para responder essa questão, selecionamos as temáticas mais presentes nos textos e registramos em uma planilha os principais temas, objetivos e autores citados, a fim de definir os temas atuais presentes nas publicações do período.

**QUADRO 1 – Aspectos Conceituais**

<b>Principais temas</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Autores presentes nos estudos</b>
Textos constituídos a partir de recortes de pesquisas etnográficas. Propostas pedagógicas focadas no ensino de alunos com deficiência. Práticas pedagógicas produzidas em diferentes espaços buscando a inclusão e integração.	Os artigos estudam processos envolvidos nas práticas educativas para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem de pessoas com necessidades educativas especiais, formação de professores.	AINSCOW, M.; ALMEIDA, M. L.; OLIVEIRA, W. D., WALTER, C; VEIGA-NETO, A. L. LOPES, M. C.
Estudos focam as concepções de educação inclusiva e educação especial. Discussões sobre Instituições Especializadas.	Os objetivos são avaliar a concepção de educação inclusiva centrada na diversidade humana.	GARCIA, R. M. C SIMÃO, A, SIMÃO, F CARNEIRO, R. U. C.
Estudos sobre aprendizado de BRAILLE e LIBRAS, a fim de analisar os processos de ensino.	Buscam avaliar a inclusão da disciplina de Libras na educação básica para facilitar a inclusão de estudantes surdos através de uma educação bilíngue. Quanto ao BRAILLE demonstram a importância de os professores conseguirem se comunicar com alunos cegos.	<i>QUADROS, R. M;</i> <i>SCHMIEDT, M. L.P</i> <i>RANGEL, G. M. M;</i>
Pesquisas relatam a educação especial e inclusiva no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tendo como foco as altas habilidades/ superdotação.	O objetivo é buscar narrativas desenvolvidas por alunos com altas habilidades/superdotação. Observou-se a necessidade de medidas de apoio e atendimento eficazes aos indivíduos que se destacam por apresentarem um potencial superior quando comparados à turma em que estão inseridos.	ALENCAR, E. M. L. S. FERREIRA, S. M. LIMA, E. B. GARCIA, F. A. MANZINI, E. J.
Artigos sobre inclusão escolar em todos os níveis de ensino, implementação de rotinas pedagógicas, acessibilidade. Estudos sobre educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Escolas regulares e Escolas Especializadas.	Objetivo dos estudos é demonstrar que, por meio da inclusão, as escolas regulares podem ser o espaço de todos os alunos.	ARANTES, R.; FERREIRA, J. R. GLAT, R.; MANTOAN, M. T.; PLETSCH, M. D.; NUNES, D. R. P; CAPELLINI, V. L.
Pesquisas analisam as possibilidades de formação na licenciatura para práticas de ensino que proponham a reflexão sobre o currículo escolar para o desenvolvimento de alunos com deficiência na escola comum. Estudos sobre formação continuada de professores.	Observam como está a formação do professor que ministrará aulas para alunos com deficiência. Analisam as práticas que incidam no funcionamento psíquico dos estudantes, considerando suas formas particulares de apropriação da cultura, de modo a ancorar a participação efetiva destes na escola.	CURY, C. R. J. DAINEZ, D.; FREITAS, A. P FREITAS, A. P. de; MONTEIRO, M. I. B. GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. GERALDI, J. W. FREITAS, M. T. A. GÓES, M. C. R. de.
Estudos sobre inclusão de alunos com deficiência intelectual. Adaptação de Conteúdos	Artigos com o objetivo de analisar o ensino e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual.	ARANHA, M. S. F. MENDES, E. G. LIMA, S. R.

<p>Artigos discutem a aprovação da meta 04 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Trabalhos destacam a importância do trabalho das Instituições Especializadas, principalmente com os deficientes adultos e que nunca foram incluídos em classes regulares. As instituições, como APAE, envolvem as políticas da seguridade social - Assistência Social, Saúde e Previdência Social.</p>	<p>Os artigos destacam que as políticas sociais têm ligações direta e indiretamente com a defesa da proteção às pessoas com deficiência, assim como também seus familiares. As Instituições assumem compromissos de promover e articular ações de defesa de direitos da pessoa com deficiência.</p>	<p>LEHMKUHL, M; SAMPAIO, S.; PEREIRA, L.; Movimento Apaeano</p>
<p>Pesquisas avaliam o direito das pessoas com deficiência, os movimentos sociais como forma de cidadania e inclusão. Estudos sociais e políticos de pessoas com deficiência, no Brasil, assim como outros movimentos reivindicatórios, luta contra todas as formas de discriminação, pelo reconhecimento e garantia dos seus direitos sociais e políticos, assim como o exercício de sua cidadania.</p>	<p>Os artigos investigam políticas educacionais, especialmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e os Marcos Político-Legais da Educação Especial. Direito de alunos com deficiência, formação de professores. AEE - atendimento educacional especializado</p>	<p>JANNUZZI, G. M. BUENO, J. G.; FERREIRA, W. B.;</p>
<p>Estudos evidenciam a Escolarização e Educação de Surdos na perspectiva da educação inclusiva. A formação dos professores e o Decreto n. 9.465, de 2019, que cria a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos.</p>	<p>Os estudos investigam as relações advindas dos processos de escolarização dos alunos surdos.</p>	<p>ALMEIDA, M. J. F. O FERNANDES, S. MOREIRA, L GONÇALVES, A. M. VIEIRA, A.G LACERDA, C. B. F.</p>

Fonte: Portal de Periódicos Capes e Anped.

E quais são as questões atuais da Educação Especial? Para esse ponto, após lidos e analisados os resumos, conseguimos relacionar os assuntos mais abordados e definir três grandes categorias: Educação Especial e Inclusão, Educação Especial e Políticas, e Educação Especial e Práticas Educativas.

Após identificar as grandes áreas, utilizando novos filtros, como “periódicos revisados por pares”, e escolhas de revistas publicadas no Brasil, conseguimos delimitar três áreas estudadas na Capes e Anped, nos anos de 2016 a 2020, conforme tabela a seguir:

**TABELA 2 – Recortes disciplinares**

Recortes Disciplinares	Capes	Anped
Educação Especial e Inclusão	82	19
Educação Especial e Políticas	78	08
Educação Especial e Práticas Educativas	61	13

Fonte: Portal de Periódicos Capes e Anped.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Foram classificados de acordo com maior ênfase, porém em alguns casos aparece mais de um recorte disciplinar. A pesquisa foi realizada nos meses de agosto de 2019 a julho de 2020.

## TRATAMENTO DOS RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO

Apresentamos alguns resultados a que chegamos nesta pesquisa em consonância com as proposições de Bardin (2011). Dentre todos os artigos estudados nas duas plataformas, destacamos algumas ideias e autores presentes nas questões atuais da educação especial, a primeira categoria está descrita no quadro a seguir:

**QUADRO 2** – Educação Especial e Inclusão

Recortes Disciplinares	Capes	Anped	Autores citados	Temas discutidos
Educação Especial e Inclusão	82	19	ARANTES, R.; GLAT, R.; MANTOAN, M. T.; PLETSCH, M. D.; NUNES, D. R. P.; CAPELLINI, V. L.; CARNEIRO, R. U. C.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inclusão escolar em todos os níveis de ensino,</li> <li>- Implementação de rotinas pedagógicas,</li> <li>- Acessibilidade,</li> <li>- Formação de professores (inicial e continuada),</li> <li>- Indisciplina/fracasso escolar confundida com problemas neurológicos,</li> <li>- Estudos específicos sobre educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação,</li> <li>- Atendimento Especializado,</li> <li>- Escolas regulares e Escolas Especializadas,</li> <li>- Certificação mediante adaptação de conteúdos e terminalidade específica.</li> </ul>

Fonte: Portal de Periódicos Capes e Anped.

Os trabalhos identificados ressaltam que na **Educação Especial e Inclusão**, os seguintes temas constituem foco: Inclusão na Educação Infantil, Estudantes incluídos no Ensino Fundamental, alunos incluídos no Ensino Médio e Superior, acessibilidade, permanência e formação do professor. Com o objetivo de promover a inclusão surgem alguns movimentos, entre os quais se destacam, em 1994, a Declaração de Salamanca; em 1999, a Convenção da Guatemala; em 2006, a Convenção sobre Direito das Pessoas com Deficiência, esses documentos visam à construção de uma sociedade inclusiva.

É importante diferenciar a Educação Inclusiva da Educação Especial. A Educação Inclusiva é a efetivação do direito à educação para todos, presume que todos tenham as mesmas oportunidades, valoriza as diferenças, que envolvem as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos, o que visa ao ingresso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes (BRASIL, 2008). A Educação Especial é a modalidade da educação escolar oferecida na rede regular de ensino para pessoas com deficiência física (comprometimento do aparelho locomotor), transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação e a inclusão de alunos com deficiência é definido pela Política Nacional de Educação Especial:

[a] inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social (BRASIL, 2008, p. 4).

Nas modalidades de educação profissional e da educação de jovens e adultos, existem ações que envolvem a educação especial que possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação e inserção no mundo do trabalho. E na educação superior, a educação especial, por meio da transversalidade, desenvolve ações que promovem o acesso e permanência dos estudantes, as quais envolvem acessibilidade arquitetônica, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e nos materiais pedagógicos, que necessitam estar acessíveis a todos (BRASIL, 2008, p. 4).

No que se refere à inclusão de alunos com deficiência, a Política Nacional de Educação Especial busca criar condições, estruturas e espaços para a permanência dos estudantes. Estudos focam que os obstáculos relacionados à inclusão vão desde recursos materiais e pedagógicos, formação docente e a necessidade de políticas públicas efetivas.

Capellini e Fonseca (2017, p. 120) destacam que: “[...] é necessário que a equipe escolar cultive em seu cotidiano, a cultura inclusiva, ou seja, práticas fundamentadas na ética, no respeito às diferenças, na solidariedade, no compromisso de professores, pais, diretores, dirigentes, secretários de educação e comunidade com a aprendizagem dos alunos.”

Na Inclusão de alunos na Educação Infantil os estudos envolvem diversos fatores, como a relação da família com a escola, práticas pedagógicas inclusivas, vivências e dinâmicas entre a turma.

Nos artigos envolvendo o Ensino Fundamental encontram-se diversas pesquisas sobre professor titular e segundo professor, professor de Atendimento Educacional Especializado, artigos sobre inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Os estudos que envolvem o Ensino Médio e Superior destacam que poucos alunos conseguem chegar a esta etapa de Ensino, ressaltam a falta de materiais, de professores especializados (Libras, Braille) e faltam projetos pedagógicos voltados a deficientes nas escolas e universidades.

Para Dutra (2008, p. 28):

[a] educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e supera o modelo de equidade formal, passando a incidir para eliminar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. A partir destes pressupostos, modificam-se os conceitos, a legislação, as práticas educacionais e de gestão, para promover a reestruturação dos sistemas de ensino e acolher todos os alunos, independente de condição social, cultural, linguística, étnico-racial, de orientação sexual, de gênero, de característica física, intelectual ou emocional e outras (DUTRA, 2008, p.28).

A mesma autora destaca que a educação inclusiva, no Brasil, tem como base um conjunto de políticas, estratégias, princípios e práticas destinadas à democratização e qualificação da educação, necessitando decorrer por meio de uma,

[...] proposta pedagógica que assegure a todos os alunos o direito de acesso, participação e aprendizagem, em igualdade de condições, sem nenhum tipo de discriminação que possa restringir, impedir ou anular o gozo desse direito fundamental (DUTRA, 2008, p. 28).

No Brasil, de acordo com o Censo Escolar 2016, em 2015 havia 62.167 mil alunos com algum tipo de deficiência física ou intelectual estudando em classes comuns do Ensino. Quanto à permanência desses alunos, pesquisas realizadas pelo Instituto Unibanco (2016) mostram que nos primeiros anos do Ensino Fundamental, primeiro ao quinto ano, os estudantes com algum tipo de

necessidade especial são 2,9% do total de matrículas. Nas séries finais, sexto ao nono ano, o índice cai para 1,8% e no ensino médio chega a 0,8% do total. O trabalho pedagógico é importante desde o início das séries iniciais para que o aluno aprenda, mesmo dentro de suas limitações, e ingresse no Ensino Médio e Superior.

Em relação à inclusão no Ensino Superior, estudos de Gonçalves (2017) revelam que a escolha da faculdade é o caminho para se pensar em projetos de vida e conseguir almejar um futuro melhor para a vida pessoal e profissional. Segundo Gonçalves (2017, p. 3), “o mercado de trabalho, infelizmente, ainda é limitado para o jovem Surdo, o qual delimita também, a definição de suas escolhas profissionais futuras”.

A inclusão requer modificações de perspectiva educacional, pois tem como objetivo auxiliar os alunos com deficiência e os demais para que aprendam a conviver com as diferenças, o que faz com que todos na escola evoluam.

O artigo de Rangel (2017) apresenta o processo de inclusão de alunos com deficiência visual egressos de uma instituição especializada em escolas comuns. A pesquisa é conduzida por preceitos do materialismo histórico-dialético e encontra três aspectos específicos na avaliação dos alunos: a relação com colegas de turma, a relação de ensino estabelecida com docentes e grupo gestor, e os materiais pedagógicos utilizados. Como resultados, destacamos que as expectativas dos estudantes se modificam e cada experiência os incentiva a continuar os estudos.

### QUADRO 3 – Educação Especial e Políticas

Recortes Disciplinares	Capas	Anped	Autores citados	Temas discutidos
Educação Especial e Políticas	78	08	BUENO, J. G.; FERREIRA, J. R. GLAT, R. MALTA, D. C. MINELLA, L. S.	- Os artigos investigam políticas educacionais, especialmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), os Marcos Político-Legais da Educação Especial (2010). A aprovação da meta 04 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005 (2014). Decreto n. 9.465. São abordados os Direitos de alunos com deficiência, formação de professores. AEE - atendimento educacional especializado.

Fonte: Portal de Periódicos Capes e Anped.

Os artigos que focam **Educação Especial e Políticas** destacam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96), que fixa como dever do Estado garantir atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos nessa condição (BRASIL, 1996). No ano de 2008 foi aprovada a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que estabelece diretrizes a serem trabalhadas para garantir direitos das pessoas com deficiência, como direito a Atendimento Educacional Especializado (AEE), que compreende uma série de atividades, tecnologias assistivas, materiais adaptados, com recursos de acessibilidade e pedagógicos, geralmente trabalhados no contraturno, para complementar a formação de pessoas com deficiência.

Em 2010, foram instituídos os marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, podemos destacar o seguinte:

[a] educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva (BRASIL, 2010, p. 22).

Dessa maneira, durante o processo de escolarização esse atendimento necessita estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, “o atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados”, que podem ser por públicos ou por meio de instituições conveniadas (BRASIL, 2010, p. 22).

Os artigos que focam o atendimento educacional especializado destacam o professor como organizador da sala de aula, que guia e orienta as atividades dos alunos durante o processo de aprendizagem para aquisição dos saberes e competências. Esse professor trabalha de maneira interdisciplinar com outros docentes e na sala de atendimento inclusivo é realizado o atendimento individual com o aluno, traçando metas e tirando dúvidas.

Quanto à formação do educador, os artigos destacam que lentamente os cursos de licenciatura têm direcionado alguns componentes voltados ao trabalho com as deficiências (Libras, Educação Especial). Os artigos indicam que em sua maioria são formados em Pedagogia, há alguns com licenciatura em Educação Especial e outros formados em Licenciaturas com especialização nas áreas de que envolvem a Educação Especial. Rocha (2017), em sua pesquisa, destaca que para que haja de fato uma educação inclusiva é imprescindível que os professores busquem capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada, a fim de mediar os estudantes com deficiência, em processos de ensino- aprendizagem que respeitem as particularidades de cada educando.

Estudos discutem a aprovação da meta 04 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, na busca de universalizar o ensino para a população de 04 a 17 anos com deficiências múltiplas e/ou intelectuais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, o que não garante a continuação das atividades de instituições, como Associação de Amigos dos Autistas (AMA), das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), entre outras (BRASIL, 2014). Os artigos evidenciam que essas instituições possuem o Atendimento Educacional Especializado, pedagógico, serviços de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia.

Dessa maneira, o Atendimento Educacional Especializado que é realizado demanda sólida formação inicial e continuada de professores, articulação com os demais setores da sociedade, visando fortalecer uma rede de apoio ao desenvolvimento integral do aluno; essas parcerias podem ser com Universidades, Associações de Pais (APAE, AMA). Em Santa Catarina temos a Política de Educação Especial, que orienta sobre o processo de inclusão:

[e]ncaminhar para a Gerência Regional de Educação (GERED) processo referente à solicitação de implantação e/ou inclusão de alunos nos serviços especializados de Educação Especial. Para esta ação o gestor escolar deve estar referendado pelas orientações elaboradas pela Secretaria de Estado da Educação (SED) e Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e encaminhadas anualmente às regionais; b) ter conhecimento dos objetivos de cada serviço especializado em Educação Especial implantado na unidade escolar para que possa orientar o professor; c) monitorar a frequência do aluno da Educação Especial no Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerando que a carga horária do professor deste atendimento está condicionada à quantidade de alunos atendidos; d) supervisionar o AEE para que somente alunos com parecer favorável sejam incluídos e atendidos; e) considerar que o estudante da Educação Especial é estudante da escola e como tal a responsabilidade por ele é de todos os profissionais que ali atuam (SANTA CATARINA, 2018, p. 56).

O documento foca que é preciso promover, em parceria com as Secretarias de Estado e as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, a articulação entre as entidades públicas e privadas para a formulação, elaboração e execução de programas, projetos e serviços integrados, com vistas ao desenvolvimento permanente do atendimento à pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades.

O mesmo documento destaca que,

[n]ão cabe à escola realizar diagnóstico clínico nem encaminhar estudantes para avaliação diagnóstica em razão de comportamento considerado indisciplinado. Muitas vezes estes comportamentos são reativos à dinâmica da escola e não manifestações patológicas (SANTA CATARINA, 2018, p. 56).

Diante desta afirmação é importante que a escola observe quais comportamentos realmente necessitam de avaliação multidisciplinar (médico, psicólogo, fonoaudiólogo), e quais atitudes são atos de indisciplina que podem ser resolvidos com mudanças nos processos de ensino-aprendizagem e na observância das normas escolares.

Quanto se trata da inclusão de alunos Surdos, a pesquisa de Vieira (2019) analisa o Decreto n. 9.465/2019, que define as funções do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que deve fornecer subsídios para que se formule uma Política Nacional de Educação acerca da surdez, reconhecendo a competência do Instituto, enquanto espaço de pesquisa e de produção de saberes, do mesmo modo, visa efetivar os propósitos da educação inclusiva e promover, realizar e divulgar estudos nas áreas de prevenção da surdez.

Dessa forma, é importante assegurar políticas públicas que possibilitem às pessoas com deficiência o direito à equidade, que na escola possam aprender e evoluir e no mercado de trabalho consigam demonstrar seu potencial.

**QUADRO 4 – Educação Especial e Práticas Educativas**

Recortes Disciplinares	Capes	Anped	Autores citados	Temas discutidos
Educação Especial e Práticas Educativas	61	13	AINSCOW, M.; ALMEIDA, M. L.; OLIVEIRA, W. D., LEHMKUHL, M.; SAMPAIO, S.; PEREIRA, L.; WALTER, C. C. F.; MANZINI, E. J.	- Os artigos estudam Práticas Educativas nos processos inclusivos, práticas educativas inovadoras, tecnologias assistivas, adaptações curriculares. - Práticas pedagógicas nas Instituições Especializadas (APAE, AMA), - Formação de professores (inicial e continuada), Adaptações Curriculares.

Fonte: Portal de Periódicos Capes e Anped.

Os artigos envolvendo **Educação Especial e Práticas Educativas** destacam que as pessoas atendidas nas escolas: “São aquelas que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente”, assim, as práticas educativas necessitam ser adaptadas.

As pessoas com deficiência, têm o direito de viver e estudar em ambiente comum, juntamente com as demais pessoas da comunidade, tornando-se cidadãos produtivos e felizes. Há que se criar alternativas reais, efetivas e afirmativas, para que todos possam conviver no espaço escolar comum (ARANHA, 2001, p. 11).

Deve-se observar que os direitos dos alunos com dificuldade de aprendizagem/deficiência são os mesmos dos demais estudantes. No entanto, muitas vezes, para exercer esses direitos precisam que certas medidas especiais sejam adotadas. É importante que os docentes saibam como trabalhar com os diferentes níveis e tipos de deficiência, utilizar materiais adaptados para maior aprendizado do aluno, no caso de deficiência física proporcionar rampas e vasos sanitários adequados.

Capellini e Fonseca (2017, p. 120) destacam que: “numa perspectiva de educação inclusiva, é importante respeitar a etnia, diferenças sociais, de gênero, de ter ou não uma deficiência e que, a partir de tais diferenças, ouse implementar práticas pedagógicas inclusivas”, buscando garantir a aprendizagem de todos os alunos.

Nas práticas pedagógicas inclusivas, os estudos focam na importância de trabalhar com a diversidade, repensar práticas pedagógicas, utilizar materiais lúdicos, trabalhar de maneira interdisciplinar com outros professores e com docentes de atendimento educacional especializado. A escola inclusiva exige mudança de hábitos e atitudes, pois os obriga a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, a fim de procurar desenvolver as potencialidades de cada aluno.

Ainscow (2011) destaca que para a aquisição de conhecimento e assimilação de conteúdos é fundamental a interação ativa do aluno nos trabalhos. As práticas educativas visam desenvolver o que se ensina e aprende e como se ensina e aprende, de forma a refletir valores e políticas inclusivos. Os alunos são encorajados a serem ativos, reflexivos, aprendizes críticos e são vistos como um recurso para a aprendizagem uns dos outros.

No mapeamento bibliográfico efetuado apareceram várias práticas pedagógicas inovadoras, entre as quais destacamos a utilização de tecnologias assistivas, que, como constam nos artigos, são todos os recursos e serviços que contribuem para proporcionar habilidades funcionais e promover uma vida independente, por exemplo, jogos e *softwares*, leitores de tela, teclado adaptado, lápis com um cabo curvado ou mais grosso, projetos arquitetônicos para acessibilidade, órteses e prótese, a utilização dos PECS – Pessoas Engajadas Comunicando-se Socialmente para autista, além de jogos e atividades lúdicas em todas as modalidades de ensino. Nazari (2017), em sua pesquisa, destaca a necessidade de maiores investimentos públicos (financiamentos) em projetos na área de Tecnologias Assistivas, haja vista que grandes são os benefícios aos sujeitos que necessitam desse auxílio.

Becker (2001 p. 27) relata que “O professor constituirá, a cada dia, a sua docência, dinamizando seu processo de aprender. Os alunos constituirão, a cada dia, sua discência, ensinando, aos colegas e ao professor, novas coisas, noções, objetos culturais.” É importante que os docentes saibam como trabalhar com os diferentes níveis e tipos de deficiência, utilizar estratégias, metodologias, adaptar materiais visando desenvolver autonomia e independência dos estudantes.

Os estudos de Oliveira e Santos (2017) destacam que os sujeitos da pesquisa foram discentes, docentes e técnicos da Educação de Jovens e Adultos de duas escolas especializadas, uma com atendimento educacional de educandos surdos e outra com discentes com deficiência intelectual, onde foram desenvolvidas práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. Assim, mesmo apesar de pouco tempo de experiência, cerca de nove meses, entre todas etapas da pesquisa-ação, ocorreram mudanças significativas na prática docente e na aprendizagem dos educandos.

Quanto à superdotação, estudos relatam que é um problema quando o aluno se sente desmotivado com a repetição de conteúdos, quando não consegue interagir com os demais. Dessa forma, o professor necessita observar que esses alunos estão mais avançados do que a turma e proporcionar atividades que visem aprimorar a criatividade, imaginação, iniciativa, liderança, vocabulário avançado para a sua idade cronológica, riqueza de expressão verbal, habilidade para considerar pontos de vistas de outras pessoas.

Batista (2019) destaca que segundo o Conselho Brasileiro de Superdotação (ConBraSD), aproximadamente **8 milhões de brasileiros possuem altas habilidades**, o que representa **5% da população**. Porém, nem todos possuem o diagnóstico e oferta de atendimento educacional. As ações inclusivas do Ministério da Educação (MEC) dependem da efetivação nos governos estaduais e municipais, que são responsáveis pela educação básica.

Dantas (2019, p. 5) destaca que “é importante que a Educação Emocional seja trabalhada na escola, pois ela contribui para o desenvolvimento integral dos sujeitos, não evidenciando apenas os aspectos cognitivos”, pois os aspectos emocionais contribuem para a construção da identidade e formação integral.

Para isso, a escola necessita estar preparada para os atender, utilizar práticas pedagógicas que valorizem suas diferenças e que consigam demonstrar suas potencialidades. Artigos abordaram o uso de materiais diversificados (jogos, *softwares* educativos, tecnologias assistivas) e a importância de avaliação diferenciada e utilização de portfólio, com a descrição dos avanços dos alunos. O professor de atendimento especial, em parceria com os professores de sala, procura adaptar atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las e obter êxito nas diversas etapas do ensino.

Capellini e Fonseca (2017, p. 122) sinalizam que “as adaptações curriculares são de cunho político, administrativo, técnico e tecnológico devendo ser implementadas para atender às necessidades educacionais de cada aluno”, isso favorece o acesso ao conhecimento e desenvolve a autonomia do estudante, assim, quando ocorre a inclusão de um aluno, toda a turma é beneficiada, pois aprende a conviver com as diferentes pessoas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O mapeamento das produções sobre Educação Especial nos anos de 2016 a 2020 evidenciou três grandes categorias como foco dos trabalhos: Educação Especial e Inclusão, Educação Especial e Políticas e Educação Especial e Práticas Educativas. Nos estudos sobre Educação Especial e Inclusão podemos destacar as formas de Inclusão em todas as modalidades de ensino, o princípio de respeito à diversidade e as formas de procurar cumprir esse princípio, o tipo de aluno incluído como beneficiário da educação especial; a função efetiva dos serviços de apoio; a problemática da flexibilização e adaptações curriculares.

Os artigos que se referem a Educação Especial e Políticas investigam a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), os Marcos Político-Legais da Educação Especial (2010), a aprovação da meta 04 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005 (2014). Também são abordados os Direitos de alunos com deficiência, formação de professores, AEE – atendimento educacional especializado.

Os artigos envolvendo Educação Especial e Práticas Educativas destacam a importância da adaptação das práticas educativas às pessoas com necessidades especiais, juntamente com processos efetivos de formação de professores, a fim de melhorar suas aulas e torná-las inclusivas. Estudos relatam a importância do trabalho especializado realizado pelas instituições, como APAE e AMA, principalmente com alunos mais velhos e que não foram incluídos em classes regulares.

Foi possível observar uma diversidade de ações e programas que tratam da inclusão de todos no sistema escolar. Neste estudo evidenciamos que a inclusão é direito dos alunos com deficiência, porém, muitas vezes, para exercer esses direitos é necessário que medidas especiais sejam adotadas, como o Atendimento Educacional Especializado, a utilização de materiais, jogos e recursos pedagógicos, o que favorece toda a classe em que o aluno está inserido.

Reconhecer a existência e especificidade dos alunos com deficiência implica organizar uma Escola que acolha as diversidades, promovendo o respeito a seus direitos. Dessa maneira, quando há atividades inclusivas todos são beneficiados, uma vez que o aluno especial consegue se comunicar, os colegas aprendem a conviver com as diferenças e os professores planejam, realizam e obtêm êxito com diferentes práticas pedagógicas.

O mapeamento das produções pode favorecer o planejamento e a organização de processos de ensino-aprendizagem na Educação Especial, na construção de projetos pedagógicos que favoreçam conquistas desses alunos, além da dimensão da comunicação pessoal e busca de conhecimentos científicos. Investir nas pesquisas é melhorar o acesso e permanência desses alunos em todos os níveis de ensino.

## REFERÊNCIAS

- AINSCOW, Mel. **Index for Inclusion: developing learning and participation in schools**. 3. ed. 2011. 106 p.
- ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009. 229 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.
- BATISTA, Rafael. Superdotados. **Brasil Escola**, 2019. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/superdotado.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- BECKER, Fernando. **Educação e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001. 200 p.
- BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 10. fev. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos políticos legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho ; FONSECA, Katia de Abreu. A escola inclusiva: seus pressupostos e movimentos. **Doxa: Rev. Bras. de Psicol. Educ.**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 107-127, jan./jun. 2017.
- DANTAS, Taísa Caldas. A educação emocional e a vivência da tristeza em estudantes com deficiência intelectual. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Paraíba. **Anais ...** Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2019.
- DUTRA, Claudia Pereira. Política pública de educação especial. **Revista Aprendizagem**, Pinhais, n. 8, p. 24-28, set./out. 2008.
- GONÇALVES, Arlete Marinho. Representações acerca dos projetos de vida de surdos universitários. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais ...** São Luís, MA, 2017.
- INSTITUTO UNIBANCO. Inclusão aumenta, mas acesso ao ensino médio ainda é desafio. **Aprendizagem em foco**, n. 15, ago. 2016. Disponível em: [https://institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Aprendizagem\\_em\\_foco-n.15.pdf](https://institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Aprendizagem_em_foco-n.15.pdf). Acesso em: 12 jan. 2022.
- NAZARI, Ana Clara Gomes; NAZARI, Juliano; GOMES, Maria Aldair. Tecnologia Assistiva (TA): do conceito a legislação - discutindo a TA enquanto Política de Educação Inclusiva que contribui na formação e inclusão de pessoas com deficiência. 2017. Disponível em: [http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/tecnologia\\_assistiva\\_ta\\_-\\_do\\_conceito\\_a\\_legislacao.pdf](http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/tecnologia_assistiva_ta_-_do_conceito_a_legislacao.pdf). Acesso em: 12 jan. 2020.

OLIVEIRA, Ivanilde Apaluceno; SANTOS, Tania Regina Lobato dos. Educação Especial de Jovens e Adultos: um olhar para o atendimento educacional em escolas especializadas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais ...** São Luís, MA, 2017.

RANGEL. Fabiana Alvarenga. Das expectativas e de sua realização quanto ao processo de transição da instituição especializada para a escola comum dos alunos com deficiência. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais ...** São Luís, MA, 2017.

ROCHA. Artur Batista Oliveira. O papel do professor na educação inclusiva. *Ensaio Pedagógico*, v7, n2, Jul/Dez, 2017. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em 26 mai.2021

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação Especial**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

VIEIRA, Ana Gabriela da Silva. *Problematizando o Decreto n. 9.465/2019*: O que muda nas perspectivas da Educação de Surdos. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Paraíba. **Anais ...** Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2019.

